

Justiça Climática e Agroecologia

Bruno Azevedo Prado e Adriana Galvão Freire

Quarenta Anos de Agroecologia no Brasil: História e Lutas

O movimento de agroecologia no Brasil celebra, em 2024, quarenta anos de trajetória, marcando uma história de resistências, lutas e construção coletiva. Desde os anos 1980, a agroecologia tem emergido como uma resposta às limitações e impactos negativos da Revolução Verde, que trouxe consigo degradação ambiental e desigualdades sociais. No Brasil, a busca por alternativas convergiu com as lutas dos movimentos sociais do campo, organizações de pequenos agricultores e movimentos de mulheres rurais.

A agroecologia, que inicialmente era vista como uma alternativa técnica à agricultura convencional, logo se estabeleceu como uma prática política e social. Ela foi incorporada como uma ferramenta de resistência e de construção de autonomia pelos movimentos do campo, que viam na agroecologia um caminho para a justiça social e a sustentabilidade ecológica. Nesse processo, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) desempenhou um papel fundamental, promovendo a difusão da agroecologia e fortalecendo a articulação entre diversos atores, como acadêmicos, agricultores, movimentos sociais e formuladores de políticas públicas.

Desafios Contemporâneos: Mudanças Climáticas e Justiça Climática

Nos últimos anos, o movimento agroecológico no Brasil tem enfrentado novos desafios, especialmente em relação às mudanças climáticas. As alterações climáticas têm afetado diretamente as práticas agrícolas e as condições de vida das populações rurais. A agroecologia, com seus princípios de diversificação e resiliência, se apresenta como uma das principais respostas a esses desafios, promovendo sistemas agrícolas que são menos vulneráveis às variações climáticas e que contribuem para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Contudo, o enfrentamento das mudanças climáticas deve ser abordado no contexto da justiça climática. Este conceito reconhece que os impactos das mudanças climáticas não são distribuídos de forma igualitária, afetando de maneira desproporcional as populações mais vulneráveis, como pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A justiça climática exige uma abordagem que integre a luta contra as desigualdades sociais e econômicas com as questões ambientais.

O movimento agroecológico, portanto, tem historicamente se aproximado de outras lutas, como o feminismo, a luta das mulheres, a saúde, o reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais e a economia solidária. As mulheres desempenham um papel central

na agroecologia, tanto na prática cotidiana quanto na liderança de processos organizativos e políticos. Essa integração fortalece a proposta agroecológica, promovendo uma transformação social que alia justiça social e sustentabilidade ecológica.

A criação do Grupo de Trabalho em Justiça Climática e Agroecologia no âmbito da ANA é um passo importante para consolidar essa agenda. O grupo visa fortalecer a inserção das mudanças climáticas nas narrativas e práticas da agroecologia, evidenciando como as experiências agroecológicas podem contribuir para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Além disso, o grupo denuncia as "falsas soluções" promovidas pela economia verde e pelo discurso de transição energética, que frequentemente ignoram as realidades das populações do campo e seus modos de vida.

Herdeiros da Luta: O Legado de Margarida Maria Alves e a Agroecologia na Borborema

A trajetória de resistência e luta no campo brasileiro tem raízes profundas, exemplificadas pela história de Margarida Maria Alves, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Brutalmente assassinada em 1983 pelas mãos do latifúndio, Margarida se tornou um símbolo de luta por direitos e justiça social. Sua morte marcou um momento importante na história do Brasil, caracterizado pela emergência de movimentos sociais em busca de direitos e pela construção do protagonismo das mulheres agricultoras.

No Agreste da Paraíba, enquanto o sindicalismo crescia, rompendo com relações de exploração e subordinação ao poder local, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo organizava a luta das agricultoras por seus direitos. Esse movimento plantou as sementes para o que viria a ser o Polo da Borborema, uma articulação de 13 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que nos anos 1990, com o apoio da ONG AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, começou a construir um projeto de desenvolvimento para o território, orientado pelos princípios da agroecologia.

O Polo da Borborema é um exemplo vivo da aplicação prática dos princípios agroecológicos, conectando suas pautas de luta à realidade da agricultura familiar da região. Através de processos coletivos de aprendizagem e a revalorização dos conhecimentos locais, o Polo promoveu uma intensa movimentação social de inovações sociotécnicas e político-organizativas. A experimentação dirigida à superação de obstáculos técnicos, econômicos e organizativos se tornou determinante para a emancipação social, política e econômica da agricultura familiar em bases sustentáveis.

Contudo, a trajetória do Polo da Borborema também enfrentou desafios, especialmente no que diz respeito à participação das mulheres. A cultura patriarcal, ainda profundamente enraizada, invisibilizava e desqualificava o trabalho das mulheres, criando barreiras para a plena incorporação do enfoque agroecológico. Em 2002, as mulheres do Polo reconheceram a

necessidade de mudar esse cenário, afirmando que não há agroecologia sem a efetiva participação das mulheres. Organizadas e assessoradas pela AS-PTA, as camponesas começaram a transformar suas realidades, reconquistando espaços como o quintal doméstico e promovendo sua reorganização produtiva.

A partir dessas ações, surgiram mudanças significativas, como o reconhecimento do quintal como subsistema importante na economia familiar e a ampliação do poder das mulheres na produção e na ocupação de novos espaços sociais. A criação de redes de agricultoras-experimentadoras fortaleceu a identidade coletiva das mulheres, permitindo que elas redefiniram a construção da agroecologia no território.

Desde 2010, a Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia tem sido um importante instrumento de luta contra o patriarcado e o machismo, denunciando violências e celebrando conquistas. A cada edição, mais mulheres se unem ao movimento, ampliando as redes de inovação técnica e sociopolítica, e fortalecendo a luta por justiça social e ambiental.

A defesa do território agroecológico na Borborema, contudo, enfrenta novas ameaças. Desde 2018, a região tem sido alvo de projetos de megacomplexos de energia renovável, que representam uma grave ameaça ao modo de vida das comunidades locais. Em resposta, o Polo da Borborema se organizou para entender e combater os impactos desses projetos, denunciando os danos causados pelas empresas e lutando pelo direito de permanecer em suas terras.

O movimento de mulheres do Polo da Borborema assumiu a liderança desse enfrentamento, organizando edições da Marcha para denunciar as ameaças e fortalecer a resistência das comunidades. Inspiradas pelo legado de Margarida Maria Alves, as mulheres da Borborema continuam a luta, clamando pela preservação de suas terras, pela natureza e pelo modo de vida que construíram ao longo de décadas.

Conclusão: A Luta pela Justiça Climática e Agroecologia Continua

A trajetória da agroecologia no Brasil, ao longo dos últimos quarenta anos, reflete a resistência e a construção de alternativas sustentáveis e justas para o campo. A luta por justiça climática, agora integrada à agenda agroecológica, demanda que as vozes das comunidades do campo sejam ouvidas e respeitadas, e que as soluções sejam construídas a partir das realidades locais.

A experiência do Polo da Borborema, enraizada na memória de lutadoras como Margarida Maria Alves, demonstra como a agroecologia pode ser uma ferramenta poderosa na construção de um futuro mais justo e sustentável. As mulheres do Polo, com sua determinação e capacidade de organização, estão à frente dessa luta, enfrentando as ameaças ao seu território e promovendo uma agroecologia que não só protege o meio ambiente, mas também fortalece as comunidades e promove a justiça social.

Com o fortalecimento das articulações entre agroecologia e justiça climática, o movimento agroecológico no Brasil está bem posicionado para enfrentar os desafios contemporâneos e continuar a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e resiliente. A luta, como afirmam as mulheres da Borborema, é diária, e cada vitória é um passo importante na direção de um futuro em que a justiça social e a sustentabilidade ecológica sejam realidade para todos.